

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PINHEIRO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS
HABILITAÇÃO HISTÓRIA**

JESSICA SILVA SOARES FELINTO

**Mulheres da baixada maranhense: lutas e participação política na cidade de
Pinheiro (1973 - 2016)**

Pinheiro
2017

JESSICA SILVA SOARES FELINTO

**Mulheres da baixada maranhense: lutas e participação política na cidade de
Pinheiro (1973 - 2016)**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Habilitação História, sob orientação do Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro.

Pinheiro
2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Felinto, Jessica Silva Soares.

Mulheres da baixada maranhense: lutas e participação política na cidade de Pinheiro 1973-2016 / Jessica Silva Soares Felinto. - 2017.

30 p.

Orientador(a): Dimas dos Reis Ribeiro.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2017.

1. Mulheres. 2. Pinheiro. 3. Política. 4. Trabalho.
I. Ribeiro, Dimas dos Reis. II. Título.

JESSICA SILVA SOARES FELINTO

**Mulheres da baixada maranhense: lutas e participação política na cidade de
Pinheiro (1973-2016)**

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Pinheiro - MA, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas, habilitação em História.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro
(Orientador)

Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes
2º Examinador

Profa. Dra. Fernanda Cunha de Carvalho
3º Examinador

Pinheiro
2017

RESUMO

A relação de gênero tem sido cada vez mais discutida, mas é a partir do século XXI que este estudo tem ganhado espaço. O presente trabalho tem como objetivo abordar a História e a importância que a participação das mulheres na política partidária tem alcançado no presente século, depois de muitas lutas, o tão almejado direito de voto para as mulheres foi conquistado, na divulgação em 1932, pelo Presidente da República Getúlio Vargas, no Código Eleitoral, sendo adicionado em 1934 à Constituição, dando assim a oportunidade para a mulher contribuir com a política Brasileira. A metodologia utilizada na realização desta pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica de conteúdo exploratório e descritivo, realizado em livros, artigos científicos e sites da Internet. A pesquisa apresenta a repercussão que o voto feminino alcançou a partir desse ano, e como ainda hoje tem levado as diversas discussões. Apresento a trajetória das mulheres a nível nacional, como também local em Pinheiro, narrando os fatos do ano de 1973, quando a câmara tem a sua primeira vereadora mulher e dados das últimas eleições do ano 2016, comparando as mudanças que ocorreram. No fim da pesquisa apresento um questionário com 20 questões, realizado por mim com as vereadoras de Pinheiro, faço um levantamento de dados, com as ex-vereadoras e as que somente candidataram-se ao cargo público. Na qual através destas perguntas elas tem a oportunidade de expressar suas dificuldades em candidatar-se a um cargo público.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Trabalho. Pinheiro.

ABSTRACT

The gender relation has been increasingly discussed, but it is from the twenty-first century that this study has gained space. The present paper aims to address the history and importance that women's participation in party politics has achieved in this century, after many struggles, the longed-for right to vote for women was conquered in 1932 by the President of the Republic Getúlio Vargas, in the Electoral Code, being added in 1934 to the Constitution, thus giving the opportunity for women to contribute to Brazilian politics. The methodology used in this research was a bibliographic research of exploratory and descriptive content, carried out in books, scientific articles and Internet sites. The research presents the repercussion that the female vote reached since that year, and how it still has led to several discussions. I present the national trajectory, as well as a local in Pinheiro, narrating the facts of the year 1973, when the chamber has its first female councilor and data of the last elections of the year 2016, comparing the changes that occurred. At the end of the research I present a questionnaire with 20 questions, containing alternatives made by me with the city councilors of Pinheiro, I make a survey, with the former city councilors and those who only applied for public office. In which through these questions they have the opportunity to express their difficulties in applying for public office.

Keywords: Women. Politics. Working. Pinheiro.

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos impostos pela sociedade aos homens e as mulheres de como estes devem comportar-se, tem origem nas ideologias socioculturais criadas pelo próprio homem, que nos molda segundo os costumes de cada indivíduo, pois há um estereótipo de como homens e mulheres devem comporta-se perante a estrutura social, sendo que tudo isso desenvolve comportamentos padronizados acerca de como cada um deve pensar e agir. No mundo do trabalho não é diferente em relação aos cargos em que homens e mulheres devem ocupar.

A imagem do gênero feminino, hoje é apresentada nas páginas de revistas e jornais, bem como nos índices e estatísticas que norteiam as políticas públicas, como algo a ser valorizado, discussão está que surgiu nas lutas feministas e nas teorias apresentadas por pesquisadores e pesquisadoras de diversas disciplinas como Política, Sociologia, Antropologia, História e as Ciências Sociais de um modo geral.

A trajetória de lutas por mudanças dessa realidade tem sido fruto do movimento social das mulheres, que mostram várias vertentes assim como o próprio julgamento de gênero. Desta forma o universo feminino tem crescido de forma constante e progressiva no âmbito político, mesmo assim ainda é dada a incapacidade de pensar e opinar em âmbitos audaciosos como política e a religião. Tendo em vista que hoje o seu valor tem sido fundamental para o crescimento de todas as nações, no entanto, tal prestígio e valorização ainda têm sido muito pouco divulgado.

Apresento a identidade dessas mulheres no âmbito político, no estado do Maranhão, sobretudo especificamente na cidade de Pinheiro. E por ela sempre ter sido apresentada como um mero obstáculo para o desenvolvimento da nação, quando os fatos mostram outras vertentes. Pois as mulheres compõem partes significativas das instituições do Brasil, e são elas as que em grande escala exercem a função de eleitoras no país (no site do TSE). No entanto, a oposição feminina que compõe as instituições, e a forma como são inseridas em várias funções, como cargos de presidenta, deputada, governadora, prefeita, vereadora, ou mesmo diretora de uma escola ainda tem sido desvalorizada pela sociedade.

A pergunta central que nos leva a questionar é esta, o porquê das mulheres regularmente ativas, em um espaço democrático ainda sofrerem diversas dificuldades no âmbito político? Isso mesmo no momento vivido pelas mulheres, que em outras épocas da História era apenas um sonho idealizado pelas suas companheiras. Este sentimento é explicado devido o fato de que por muito tempo as silenciaram, oprimindo-as sem direito ao trabalho digno, direito ao voto, como cidadãs ativas desta nação que não só apresenta obrigações, mas a liberdade. A

atuação destas mulheres pode ser visível, em pleno século XXI, através da sua capacidade fazendo progredir projetos esquecidos ou abandonados.

Neste aspecto, este estudo tem como objetivo geral apresentar a participação feminina no Maranhão e na cidade de Pinheiro, e como objetivos específicos descrever as dificuldades que as mulheres enfrentam na política. Como também os motivos, as causas e as consequências que a participação feminina tem desencadeado na sociedade brasileira. Também foi feito um levantamento de dados acerca das candidaturas femininas, nacional e local em Pinheiro, e um questionário com vinte questões, com perguntas fechadas.

O trabalho presente proporciona conhecimentos necessários para alcançar os objetivos desejados. Desta forma o mesmo está dividido em três tópicos. A princípio temos a introdução, expondo a justificativa, os objetivos, a metodologia e o corpo do trabalho. Está fundamentado por um suporte teórico, finalizando com as considerações finais, onde a autora descreve sobre o tema abordado, baseada na revisão bibliográfica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A História das mulheres na política mundial.

O campo da política partidária é um espaço social em que ocorreram diversas lutas e conflitos, barreiras foram quebradas com a entrada da mulher na política, antes jamais permitida, ideologia está criada por um patriarcalismo predominante.

As lutas incansáveis travadas pelas mulheres por igualdade, liberdade e participação têm feito parte da História das sociedades. Há grandes desafios na vida, e um deles tem sido estudar a História das mulheres e a sua participação no espaço do poder. Estudo este que vem crescendo ao longo de algumas décadas. E uma simples pergunta pode nos fazer refletir, como viver em uma sociedade sem haver desigualdades?

Rousseau inicia a sua obra com duas simples pergunta resumida em uma, qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural? A pergunta nos questiona se temos autorização da lei natural para sermos desiguais uns com os outros? [...]. Como poderia meditar sobre a igualdade que a natureza estabeleceu entre os homens e sobre a desigualdade instituída por eles [...] (ROUSSEAU, 1988, p 21).

Sendo ele um ser que em sua natureza nasce igual e livre, ou seja, todos nasceram iguais e repletos de liberdade. Mas na realidade o homem tem se tornado cada vez mais desigual e escravo de seu próprio egoísmo, juntamente com sua arrogância e desprezo pelo seus

semelhantes. Tudo isso por quê? Por causa do poder exagerado que uns possuem, em troca do sofrimento de outros.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 26 de agosto de 1789, como síntese política da Revolução Francesa, elaborou o documento que marcou o modelo de cidadania, fundador dos direitos de liberdade e igualdade modernos. Embora este **modelo liberal** tenha atravessado o Ocidente e seja considerado um fator revolucionário na luta pela cidadania, deve-se considerar que uma parte dos indivíduos foi subsumida pelo pretenso universalismo do texto: as mulheres (ÁLVARES, p.2).

Neste momento a francesa Olympe de Gouges, em 1791, acusa essa eliminação, escrevendo uma carta que tinha por título a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, redigida então em 17 artigos, na qual pede a igualdade entre os gêneros. Já em 1792, é a vez da inglesa Mary Wollstonecraft, fazer a suas reivindicações *Vindications o theRights osWoman*. Como podemos perceber, não foi apenas no século XX que a causa feminina teve repercussão, pois estas duas mulheres há seu tempo não tiveram medo de buscar os seus direitos.

A francesa Olympe de Gouges era analfabeta até chegar à fase adulta, comandou as mulheres na Revolução Francesa, reivindicando o direito ao voto como também exercerem uma atividade profissional, difundindo nas discussões de diferentes causas sociais, desta forma apresentando o argumento que fosse selecionado, para a França, por meio de um *referendum*, uma lei na administração republicana federativa ou monarquista. O que a levou a ser calada por Robespierre e Marat, delatada pelo Procurador Chaummete, sob a acusação de delinquência e ter perdido os valores do seu gênero, sendo também acusada de interferir nos assuntos da República, assim Olympe de Gouges foi presa, condenada e guilhotinada no dia 07 de novembro de 1791, mesmo ano em que denunciou os abusos.

Na Constituição Brasileira de 1891, o artigo 70, alegava-se eleitores, somente os cidadãos maiores de 21 anos e que se alistassem na forma da lei, no entanto, este termo tão conhecido *cidadão* como conhecemos hoje, embora muitos não saibam o seu significado e valor, só poderia ser reconhecido enquanto um, o homem e não a mulher, pois a mesma havia sido excluída pelos legisladores, sem que em linhas explícitas estivessem escrito na Constituição Brasileira, sendo que o mesmo aconteceu com os analfabetos, mendigos, e religiosos (ÁLVARES, p.2 e 3).

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre todos os “indivíduos”? A questão embaraçosa, muitos pensadores-como Condorcet, por exemplo- presentiram-na. Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos (PERROT, 1988, p. 177).

A História do gênero feminino foi idealizada e criada por etnias, povos, em vários momentos históricos. A consolidação do dia 08 de março que é comemorado em diversos países pelo mundo a fora, e os relatos que descrevem o dia internacional da mulher, tem se originado a parte de um trágico incêndio em uma indústria têxtil de Nova York no ano de 1911, quando 130 operárias morreram carbonizadas. Fato é o incidente ocorrido no dia 25 de março daquele ano, traçando fortemente a história das lutas das mulheres no decorrer do século XX.

Organizações femininas obtiveram mais força desde então, organizando diversos protestos operários que permearam vários países nos Estados Unidos e na Europa, manifestações estas que acusavam os abusos nas jornadas de trabalho que seriam 15 horas diárias e com salários medíocres estabelecidos pela Revolução Industrial, às reivindicações e greves eram por melhores condições de trabalho e o fim do trabalho infantil, algo que era comum nas fábricas, já que as mães não tinham tempo nem de cuidar dos filhos.

Os Estados Unidos foi o primeiro a adotar o Dia internacional da Mulher sendo comemorado em maio de 1908, com o envolvimento de 1500 mulheres, manifestando o direito de igualdade política no país. No entanto há outro marco que deu voz a mulher foi através da primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando surgiram mais declarações de protestos em todo o mundo, e finalmente repercutiu no dia 8 de março de 1917, quando na Rússia surgiram as primeiras manifestações até a atualidade, quando aproximadamente 90 mil operárias manifestaram as suas insatisfações contra o Czar Nicolau II, que as deixaram em péssimas condições no trabalho, a fome era absurda na Rússia por causa da guerra, protesto também conhecido como "Pão e Paz". No entanto foi somente em 1921 que a data consagrou-se, como sendo o Dia Internacional da Mulher.

Sendo logo após consolidado em 1945, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou o primeiro acordo internacional que reconhecia a condição feminina e as lutas travadas pelas mulheres, uma tentativa de amenizar as atrocidades sofridas até então. Este acordo firmava princípios de igualdade e liberdade entre homens e mulheres, ganhando ainda mais força em 1960 com o movimento feminista, e em 1975 foi oficializado o ano Internacional da Mulher, logo após em 1977 marcado no calendário 8 de março (NADAL, 2017).

Sabemos que por muitos anos o mercado de trabalho foi um ambiente de hegemonia masculina. Até a metade do século XX, as mulheres não tinham participação na carreira profissional como personagens principais, ou seja, não participavam de forma significativa na área econômica.

Conforme dados recém-divulgados pelo IBGE, em 2004, a distribuição percentual da PEA (população economicamente ativa) por sexo era de 56,9% para os homens e

43,1% para as mulheres. Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho é expressiva, embora sofram muitas discriminações se comparadas aos homens. Um contingente expressivo de mulheres sustenta a casa, os filhos e, às vezes, também os maridos, expulsos do mercado formal de trabalho. Mudanças recentes na legislação civil permitem que as mulheres sejam reconhecidas como “chefes de família”, designação antes reservada somente aos homens. Há pouco tempo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a considerar o quesito “pessoa de referência” em seus censos e, atualmente, o percentual de famílias chefiadas por mulheres atinge quase 30% (SPM/PR, 2009, p. 56).

De acordo com a História, o ambiente público era reservado aos homens como habitantes da cidade, sendo que suas esposas eram sempre afastadas do ambiente público, e isto aconteceu por muitos séculos. Dentre as razões podemos apontar as de ordem financeiras, o acesso aos serviços de saúde, submissão e dominação masculina, quer seja, companheiro, marido ou namorado; entre outros motivos.

O ensino superior só foi permitido às mulheres em 1879, entretanto já existiam mulheres brasileiras graduadas em universidades estrangeiras. A permissão dada às mulheres para ingressar nas universidades não significou na prática a inclusão destas nas instituições de ensino, uma vez que sofriam com a desaprovação social e também com os custos elevados de uma educação secundária (HAHNER, 2003, p.145).

O acesso das mulheres nas escolas tem crescido expressivamente, já ultrapassando a presença masculina. Tal interesse está seguramente articulado à sua incorporação ao mercado de trabalho e às chances de melhoria de sua qualificação profissional que tem lhe possibilitado melhores salários (PACHECO, 2007, p. 3).

A trajetória de lutas do movimento feminista constitui-se momentos respeitáveis e de muita importância na luta das mulheres pela emancipação. Combativas, as mulheres vêm se libertando e conquistando direitos essenciais, como o acesso à educação e à saúde, além do direito de escolher a própria profissão, votar e se candidatar.

Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. O espaço público pertence aos homens e poucas mulheres se aventuram nele. “São invisíveis, pelo silêncio das fontes, porque, como são pouco vistas nesses locais públicos, pouco se fala delas (ÁVILA, 2007, p. 01).

A busca pela emancipação e obrigação de garantir lugares para as mulheres nos campos de poder tem sido ressaltada em diversas decisões das Nações Unidas (ONU), como na plataforma de ação mundial, confirmada durante a 4ª Conferência sobre Mulheres, sucedida em 1995, em Pequim, China, que decide e determina aos Estados, uma decisão eficaz e prontamente efetuada, em que medidas deveriam ser tomadas para abolir os preconceitos e a superioridade de um gênero sobre o outro. Assim destacamos os dizeres e artigos da Declaração de Pequim:

Nós estamos convencidos de que:

13. O fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz;

Nós estamos determinados a:

24. Adotar todas as medidas necessárias para eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e aos avanços e fortalecimento das mulheres;

36. Assegurar o sucesso da Plataforma de Ação que exigirá o sólido compromisso dos Governos, organizações e instituições internacionais de todos os níveis. Nós estamos firmemente convencidos de que o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são interdependentes e componentes mutuamente enfatizadores do desenvolvimento sustentável, que é o marco de nossos esforços para o alcance de uma melhor qualidade de vida para todos os povos. Um desenvolvimento social equitativo que reconheça a importância do fortalecimento dos pobres, particularmente das mulheres que vivem na pobreza, na utilização dos recursos ambientais sustentáveis, é uma base necessária ao desenvolvimento sustentável. Nós também reconhecemos que um crescimento econômico sustentado, com ampla base, no contexto do desenvolvimento sustentável, é necessário para estimular o desenvolvimento social e a justiça social. O sucesso da Plataforma de Ação ainda exigirá uma adequada mobilização de recursos nos âmbitos nacional e internacional, como também novos e adicionais recursos para os países em desenvolvimento, provenientes de todos os mecanismos de financiamento disponíveis, incluídas as fontes multilaterais, bilaterais e privadas, a fim de que se promova o fortalecimento das mulheres; recursos financeiros para aumentar a capacidade de instituições nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais; o compromisso de garantir a igualdade de direitos, a igualdade de responsabilidades, a igualdade de oportunidades e a igualdade de participação de mulheres e homens em todos os órgãos e processos de formulação de políticas públicas no âmbito nacional, regional e internacional; o estabelecimento ou o fortalecimento de mecanismos em todos os níveis para prestar contas às mulheres de todo mundo;

Logo tal ação induziu muitos países, até mesmo o Brasil, que a partir dessa Conferência, elaboraram e aprovaram leis que garantiriam cotas de gênero para os procedimentos eleitorais. No entanto, o Brasil as normas legais que entraram em vigor nem sempre tem alcançando a meta autêntica de introdução das mulheres no Poder Legislativo.

Nesse quesito, aliás, o Brasil está muito aquém de muitas nações, dos seus vizinhos sul-americanos e, mais ainda, em relação aos países desenvolvidos, ocupando a vergonhosa posição de 156º lugar no ranking de participação feminina na política entre 188 países, conforme levantamento da União Interparlamentar (IPU, na sigla em inglês). (SENADO, p. 17).

2.2 Conquista do direito ao voto e da candidatura feminina no Brasil.

Para melhor ilustrar as conquistas políticas das mulheres achamos por bem tomar emprestado o (quadro 1) a seguir que mostra o ano em que o Brasil possibilitou a mulher de exercer o voto:

Quadro 1- Países que aprovaram a participação das mulheres na política.

Ano de Conquista do Voto Feminino	País
1917	URSS, com a Revolução.
1918	Alemanha
1919	EUA
1928	Inglaterra
1932	Brasil
1945	França, Itália, Japão.
1973	Suíça

Fonte: SPM/PR - Gênero e Diversidade na Escola, Modulo II (2009, p. 39).

Faz pouco tempo que as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar, notavelmente 80 anos de lutas pelo direito de expressar sua liberdade de escolha, propostas de projetos que começaram em 1932, mas que somente se concretizou na Constituição brasileira em 1934. A lei que definia o voto secreto, apresentando as mulheres se assim o desejassem, expressão irônica, pois embora este direito fosse obrigatório aos homens, para as mulheres este direito seria somente para aquelas que desempenhassem um cargo público.

A mulher que liderou esta causa foi Leolinda Daltro, criadora do Partido Republicano Feminino, alcançando assim o projeto de lei, em favor da causa feminina que em 1919 foi apresentado pelo senador Justo Chermont. Que também apoiou a participação das mulheres na política. Devido também ter militado na causa sofreu represálias, que contribuíram para discussão do projeto, que só aconteceu em 1921, sem uma nova oportunidade de votação para transformar o projeto em um regulamento sustentável que desse a legitimidade e participação ativa do gênero feminino. Logo em seguida ocorreram expedições ordenadas contra o gênero feminino.

No entanto, o governo do Rio Grande do Norte, em 1927, deu a oportunidade do direito ao voto feminino e participação na bancada do Congresso Nacional, apresentando a primeira eleitora, Celina Guimarães Viana, que solicitou a participação fundamentada no documento constitucional do Estado que referia claramente o direito ao voto, sem preconceito ao sexo.

Aqueles que se posicionavam contrariamente a permissão do direito de votar para as mulheres se fundamentavam “[...] principalmente na falta de capacidade para exercer, com independência, o direito de voto no desequilíbrio que essa concessão traria para o ambiente doméstico. [...]” (CARVALHO, 2015, p. 134).

Nessa época, ocorreram várias campanhas contra as mulheres, o que não impediu a primeiramulher de ser nomeada prefeita da América do Sul, Alzira Soriano, na cidade de Lajes, em 1929. O acontecimento trouxe discussões ao Congresso Nacional, que tentaram invalidar

debatendo a legitimidade da lei e da votação, mas não conseguiram impedir, apresentando o tradicionalismo como respaldo, pois os argumentos das mulheres pela legitimação na História da política do país eram mais resistentes. O resultado foi que a lei estadual garantiu a votação da prefeita. Depois destes fatos mais eleitoras começaram a requerer seus direitos, candidatando-se e votando.

Tendo também logo em seguida como representante feminina Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada eleita para a Câmara dos Deputados em São Paulo. A primeira deputada estadual foi Antonieta de Barros, que era negra, enfrentando assim dois preconceitos na Assembleia de Santa Catarina, em 1935. Laélia de Alcântara também era outra militante da causa feminina e da causa negra, sendo a primeira senadora negra da História do Brasil e a terceira parlamentar, compondo a bancada ao lado de Eunice Michiles, em 1981. No entanto, Eunice Michiles, já fazia parte da bancada em 1979, devido à morte do titular, como a primeira senadora do Estado do Amazonas.

Posteriormente à conquista do direito ao voto, ocorreu outro fato importante na luta das mulheres no ano de 1995. Realidade que garantiu a efetiva participação das mulheres no Congresso Nacional. A aprovação da Lei 9.100, de 29 de setembro, que dava validade a uma cota de 20%, para a participação feminina. Ao que logo aumentou para 30%, este era o ano de 1997, o código da Lei 9.504.

No poder executivo estadual, a primeira governadora eleita foi Roseana Sarney, em 1994, no Brasil. Ao que antes desta, também participaram Alzira Fleming que liderou no cargo, no Acre, sendo eleita como a vice-governadora na chapa de Nabor Júnior. Mas logo assumindo a função em 1986, depois que o governador Nabor Júnior, afastou-se para concorrer como senador. (no site do senado, p. 8 a 9).

Na luta pela Presidência da República tivemos durante as campanhas de 2010 e 2014 duas mulheres, Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Marina Silva, primeiro pelo Partido Verde (PV) e depois pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Antes de se candidatar à Presidência da República, Dilma Rousseff, participou dos movimentos pela redemocratização do país, tendo atuado em várias organizações de esquerda revolucionária, inclusive na luta operária (POLOP), em 1963. Estudou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Ciências Econômicas, esteve ativa na luta do Comando de Libertação Nacional (COLINA), como também na Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), esta iniciada devido a relação do COLINA com a Vanguarda Popular Revolucionária (PVR).

Já Marina Silva começou sua vida política quando se inscreveu para um curso de liderança rural no início da década de 1970, momento este em que conheceu Chico Mendes (1944-1988), que era líder seringueiro e sindicalista. Teve por influência a Teologia da Libertação, movimento este que despertou o interesse de compartilhar das organizações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com o crescimento dos movimentos sociais de esquerda no Acre, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao lado de Chico Mendes, Marina Silva trabalhou como vice coordenadora.

De origem humilde, Marina Silva alfabetizou-se aos dezesseis anos, logo se tornando pedagoga, historiadora e ambientalista. Foi vereadora, deputada estadual, senadora e ministra do Meio Ambiente nos governos Lula, anos de 2003 a 2008. Em 2010 e 2014 disputou o primeiro turno das eleições presidenciais, quando obteve respectivamente 19.636.359 votos e 22.154.707 de votos, mas não conseguiu chegar ao segundo turno, ficando nas duas ocasiões em terceiro lugar.

Nas eleições de 2010 o segundo turno acabou sendo disputado entre Dilma Rousseff (PT) que atingiu 55.752.529 votos, ou seja, 56,05% e José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), este por sua vez teve uma votação de 43.711.388 votos. Assim Dilma Rousseff, tornou-se a primeira mulher eleita no Brasil para ocupar a Presidência da República (CARVALHO, p.30, 31, 32 e 33, 2015).

Nas eleições de 2014 a presidenta¹ Dilma Rousseff acabou sendo reeleita² e disputando o segundo turno com Aécio Neves (PSDB).

Contudo, os resultados das eleições dos últimos trinta anos podem constatar que o crescimento ainda é lento, ao que se refere à entrada da mulher na política, e sua participação no Legislativo brasileiro. A conquista do direito de votar e ser votada foram apenas o começo de uma árdua luta pela conquista de cadeiras para as mulheres exercerem o pleno direito de cidadania. Podermos perceber essa diferença no gráfico (1) e (2), na qual é visível as diferenças que existem no eleitorado brasileiro.

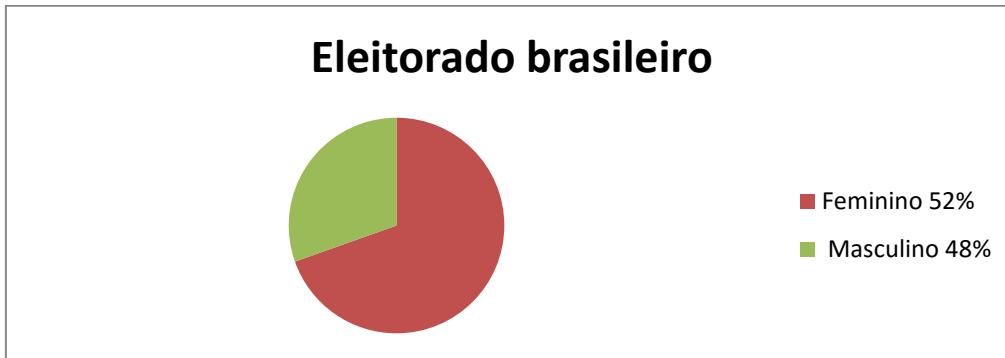
O Brasil de acordo com a pesquisa o eleitorado do gênero feminino é maior correspondendo a 75.226.056 (52,208 1%), ao que o gênero masculino corresponde a 68.767.634 (47,7258%), e mesmo assim os homens nas eleições estão em maior quantidade, como também são eles que mais vencem as eleições, assim ocupando as maiores bancadas nas

¹ Dilma Rousseff exigiu ser chamada de presidenta, porque este era um marco na História da República, pois pela primeira vez uma mulher iria presidir o Brasil.

² A eleição e reeleição de uma mulher para liderar geraram uma série de discussões peculiares. “Fato é que os homens, publicamente, até admitem a importância da participação feminina nas esferas públicas, mas na prática têm muita dificuldade em compreender ou conviver com essa realidade” (CRUZ, 2013, p. 68).

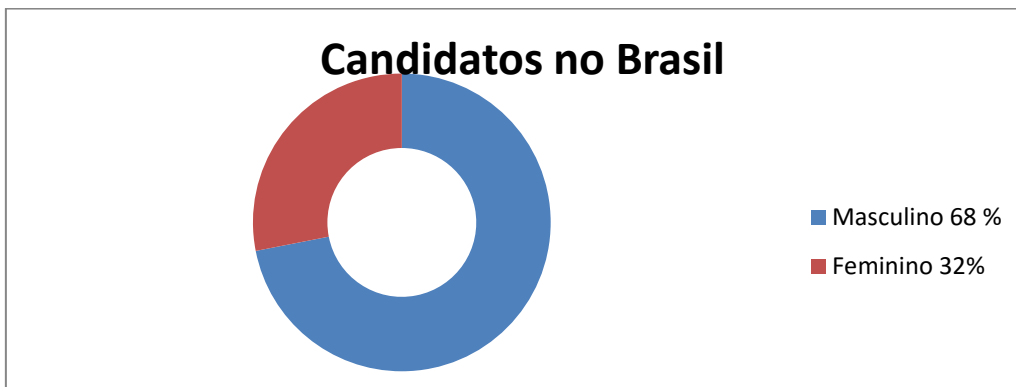
assembleias legislativas segundo dados recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como podemos ver nos gráficos abaixo.

Gráfico 1- Porcentagem do eleitorado por sexo.



Fonte: Estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2016.

Gráfico 2- Porcentagem dos candidatos por sexo



Fonte: Estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2016.

Tudo começou no ano de 2008 quando a comerciante carioca Suêd Haidar, se reuniu com os seus três filhos para informar que resolvera investir em seu sonho, e para isso ela iria vender as cinco lojas de alimentos que davam mantimento a sua família para concretizar o seu sonho, organizar um partido político. Com o dinheiro que arrecadou os imóveis, criou um site e saiu em busca dos que apoiassem a criação do Partido da Mulher Brasileira (PMB). A mesma relata que começou pelo Maranhão e a partir daí percorreu todos os Estados brasileiros em busca de assinaturas que apoiassem o seu projeto. No entanto somente no ano de 2014 foi que ela conseguiu a liberação pelo TSE, registrando assim a fundação do partido em 29 de setembro de 2015, adotando enfim o número eleitoral que precisava para liderar a árdua luta no combate pela luta das mulheres no poder.

O PMB não se considera feminista, mas tem ideologias que exaltam a valorização da mulher. Delibera-se como um partido de “mulheres progressistas”, “militantes de movimentos sociais e populares”, que sempre apoiaram os homens nas causas e injustiças contra a população, desta forma sempre apresentaram a sua solidariedade e competência na hora de lutar pelos direitos. A prioridade do partido é priorizar os interesses do gênero feminino, ao que tal ideologia tem por objetivo de mais acessibilidade e apoio em seu trabalho como representante do povo e principalmente da mulher brasileira. O PMB também respeita os homossexuais, mas se opõe a teoria de gênero nas escolas. Coloca-se contra a legalização do aborto, bem como a legalização das drogas.

Em 2015, foram nomeados os primeiros filiados ao partido com delegação do Congresso Nacional, sendo todos de maioria do gênero masculino.

O PMB no início do ano de 2016 chegou a figurar entre os dez maiores partidos da Câmara dos Deputados, deixando para trás 15 legendas, ficando neste período à frente de partidos tradicionais. No entanto em dois meses o apoio afastou-se e com a saída de 19 deputados, mantém-se com apenas um parlamentar. Fato é que tão subitamente foi bem recebido e exaltado e em tão pouco tempo estava desvalorizado.

A criação do partido foi com o intuito de valorizar a mulher e aumentar a participação das mulheres em todas as esferas da sociedade, entretanto conta atualmente com apenas um Deputado Federal, Welliton Prado, eleito pelo Estado de Minas Gerais. Lembrando que dos 513 parlamentares que compõem a Câmara, apenas 54 são mulheres. Suêd Haidar ainda ressalta que "O Brasil inteiro tem conhecimento que só agora as mulheres estão tendo lugar nas instituições partidárias" (no site do PMB).

3 Luta e participação política do gênero feminino no Maranhão.

No Maranhão a luta pela participação política foi mais difícil ainda, podendo ser percebida nos jornais da época e através de críticas nos mesmos estudados em seu tempo, o destaque oferecido às lutas políticas de cada região eram muito poucas, ao que tais informações estavam apenas servindo como uma ferramenta para que as coligações políticas pudessem atacar seus rivais como também alienar a opinião da população local. Sendo assim foram insuficientes as divulgações da conquista do gênero feminino no Maranhão.

Desta forma o privilegiado espaço que havia era uma página regressada para o gênero feminino o jornal Tribuna que expressamente era dirigida por Maria Cecília Costa que levava a

frente com muita dificuldade a “Página Feminina”. No entanto, a grande discussão do jornal era ocupada pelas sugestões de moda, livros de receitas, recomendações ao sexo feminino e como arrumar um bom esposo. Nas outras páginas não havia um espaço específico, nem mesmo uma folha destinada às mulheres, apenas argumentavam sobre a formosura das mesmas (PACHECO, 2007, p.5).

Acerca do direito ao voto, a primeira manifestação pública que divulgava a insatisfação feminina adveio por meio de uma carta destinada ao jornal *A Ruano* ano de 1915, onde a autora interrogava aos leitores se o gênero feminino já não teria todo direito de votar e ser votada (PACHECO, 2007, p.6).

Comquanto não pertença a alguma associação de sufragistas, nem tão pouco me queira julgar tão imaculável qual outra mulher de Cezar; devo, todavia, declarar que me preso de ser da classe d’aquellas, que entendem já haver chegado o tempo da mulher brasileira se agitar no sentido de reivindicar os seus direitos de cidadans, há tantos séculos obtidos pelos senhores homens. [...] A mulher não será tam boa entidade, quanto ao homem, para ter igual direito a este na escolha, por exemplo, de um Prezidente para a República? [...]. (Jornal A Rua, de 11.05.1915). (*Apud*, PACHECO, 2007, p. 6).

Tais exigências raramente aconteciam pelas mulheres nos noticiários da época, sendo que as notícias mais divulgadas e com mais assiduidade eram os progressos das mulheres em outras localidades ou mesmo nos outros países. Estas notícias tinham por objetivo primordial apresentar as lutas feministas como também à conquista delas em outras regiões, dando a oportunidade das mulheres maranhenses de também reivindicarem os seus direitos.

Direito que está explícito no Maranhão, de acordo a descrição no jornal a *Pacotilha*, a primeira mulher a se pronunciar com uma petição de alistamento, aconteceu em Barra do Corda na década de vinte. A que se pronunciou foi a senhora Eulina Queiroz Moreira no ano de 1929, que registrado no jornal da época a mesma solicitou seu alistamento na jurisdição de Barra do Corda, sendo o seu pedido concedido pelo Juiz da região. No entanto o seu pedido de direito lhe trouxe oposição, pois era o que estava descrito no jornal da *Pacotilha* do norte, um artigo narrando um abaixo-assinado divulgado por um morador do mesmo município, por nome de Marcelino de Miranda na qual o mesmo apresenta a insatisfação e motivos por ter apresentado o pedido, expondo a sua insatisfação e excluindo o pedido da dona Eulina da lista de eleitores da localidade, alegando que embora ela morasse no município e tivesse a idade apropriada, a mesma não dispunha de um capital, sendo o seu sustento exclusivamente do seu esposo (PACHECO, 2007, p.8).

O abaixo assignado, não se conformando com a decisão do juiz de Direito desta comarca, mandando incluir no alistamento eleitoral deste município o nome de dona Eulina de Queiroz Moreira, vem, com o devido respeito, [...] recorrer para V. Excias.

Afim de que seja a dita snra. Excluída do referido alistamento, por ser assim de direito. É certo que a distinctasnra. Provou nos termos da lei, sua idade e residência mas quanto a profissão ou posse de renda provou ser o seu esposo que lhe garante a subsistência [...]. (Jornal Pacotilha, de 22.11.1929). (*Apud*, PACHECO, 2007, p. 9).

A opinião do morador Marcelino de Miranda atribuída a mulher é de incapacidade e fragilidade, pois o seu desígnio seria o de apresentar argumentos de inconstitucionalidade acerca do voto feminino, sem fundamento a sua justificativa ele alega que não há lei que fundamente o alistamento da mulher. Pois de acordo com o senhor Marcelino, o sexo feminino é mais frágil, sendo que ela poderia sim ser designada para algum cargo, mas somente para o cargo que ela pudesse exercer, sem afetar a sua dificuldade por ser mulher.

3.1 As mulheres que fizeram política no Maranhão.

No Maranhão, uma das mulheres a se destacar na política com bravura foi à senhora Joana dos Santos Rocha, momento este em que o Estado do Maranhão recebia a nova proposta da inserção da mulher na política, a atuação de Dona Noca como era conhecida, era marcada por barreiras, pois este era um cenário intensamente caracterizado por bravuras masculinas, ao que a atitude de uma mulher tornar-se prefeita no município de São João dos Patos, logo após as mulheres terem o direito de exercerem a cidadania em 1934, foi de uma audácia puramente feminina. Logo ela começou a exercer autoridade, que se estendeu por um longo período de tempo, aproximadamente duas décadas.

Outras duas mulheres que se destacaram em 1934, sendo as mesmas eleitas ao cargo público no legislativo estadual foram; Hildenê Gusmão Castelo Branco, eleita deputada estadual pelo partido republicano, logo após se reelegendo em 1945, e Zuleide Fernandes Bogéa, está fazendo parte da União Republicana maranhense, partido este opositor ao governo de Magalhães de Almeida, o representante do Governo Federal que administrava o Estado do Maranhão.

Outra que lutou pelos ideais do seu município foi à prefeita Dalva Bacelar administrando e lutando contra o tradicionalismo em Coelho Neto, na qual enfrentou muitas adversidades em sua administração. A prefeita enfrentou ferrenha oposição do Padre Alfredo Bacelar que remexeu questões pendentes com a Igreja Católica que já estavam arquivadas a muito tempo, por esta razão o padre tornou-se o seu oponente incansável. Na sua gestão, organizou a questão fundiária do município de Coelho Neto. Logo em seguida elegeu-se deputada, representando as maranhenses nas eleições de 1947, sendo a deputada mais bem votada com 929 votos, como também a mais jovem, pois a mesma tinha somente vinte dois

anos quando chegou a ser deputada. Já no ano de 1966, temos a primeira deputada federal Yolanda de H. Campos e Silva, esta filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em um dos momentos críticos da política brasileira, a ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o governador do Maranhão José Sarney. Apresenta-se neste espaço da História, Maria da Conceição Senna Mesquita, que por sua vez foi à única eleita em 1978, sendo que neste ano ela estava se reelegendo, para liderar a localidade de Coroatá. Nesta ocasião seis mulheres tiveram a ousadia de se candidatarem para o legislativo estadual. (FERREIRA, 2006, p. 87, 88, 89, 90 e 93).

Já em 1986, a única que conseguiu ter votos suficientes para se eleger foi Conceição de Andrade, eleita para o cargo de deputada estadual.

Conceição Andrade foi eleita combatendo a oligarquia Sarney; em 1998, no entanto, foi nomeada uma das gerentes regionais e, em seguida, assumiu a pasta da agricultura no governo de Roseana Sarney. Sendo que as mulheres que se candidataram em 1990 foram 37, mas somente duas conseguiram vencer nas urnas para o cargo de deputada estadual, Marilly Gonçalves Adalla e Maura Jorge de Melo Ribeiro (FERREIRA, 2006, p. 97 e 98).

Já Roseana Sarney foi eleita para deputada federal, sendo a segunda no Maranhão a conseguir chegar nesta posição. Logo em seguida em 1994 é eleita governadora do estado do Maranhão. Roseana foi muito requisitada na política, sendo notícia nos meios de comunicação tanto local quanto nacional, tal apologia era devido ela ser a primeira mulher a vencer para o cargo de governadora. Ao exercer o cargo ela se mostra um tanto reformista, a sua postura é entrelaçada com a do seu pai José Sarney, que em 1966 usa deste mesmo argumento.

No exercício do poder Roseana Sarney, trabalha nas reformas dentre as que se destacam são as secretarias do Estado, nas quais é excluída, fundando gerências. Estas não agradaram muito a população.

Para as lideranças políticas locais, a implementação das gerências fortalecia o grupo político aliado da governadora, uma vez que o atrelamento das ações das prefeituras e das lideranças locais ao trabalho das gerências se convertia em ganho político para a governadora, que usava a máquina administrativa e a mídia para se promover. Não se pode desconsiderar, entretanto, que o projeto das gerências atendia apelos das comunidades interioranas e dos prefeitos municipais, que cobravam mais presença do governo num Estado cuja população está “dividido em 3.355.577 habitantes na zona urbana (59,5% da população) e 2.282.804 na zona rural (40,5% da população) (FERREIRA, 2006, p. 96).

O argumento acerca do governo de Roseana Sarney deve-se ao fato dela ter designado mulheres como administradoras regionais, que ao todo eram nove, o que podia se chamar de uma novidade para a liderança no Estado do Maranhão, momento este em que a sociedade estava marcada pelo tradicionalismo nacional e local.

A partir daí mais mulheres se candidataram nas eleições na década de noventa, sendo trinta candidatas, quatro conseguiram vencer, sendo uma para deputada federal, Márcia Maria Serejo Marinho, fazendo parte da coligação do PMDB. As outras três foram eleitas para o cargo de deputadas estaduais, Maria Aparecida Cardoso de Sousa, Janice dos Santos Braide e Marly Gonçalves Abdalla, está sendo reeleita, e todas pelo mesmo partido, o PFL (FERREIRA, 2006, p.96 e 97).

Já na década de oitenta a capital maranhense recebeu uma mulher como representante, Gardênia Ribeiro Gonçalves, está por sua vez foi eleita prefeita de São Luís. Mary Ferreira afirma que Gardênia foi eleita prefeita com forte apelo feminino, usando como lema de campanha: “Gardênia, nome de flor, vem tratar São Luís com amor” (FERREIRA, 2006, p. 97).

As estatísticas divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde as eleições de 2008 apresentam um significativo aumento no número de candidatas ao cargo de vereador (Quadro 2). No entanto, apesar desse crescimento, o mesmo número de vereadoras eleitas não aumentou (Quadro 3). Podendo nos mostrar as dificuldades que as mesmas enfrentaram nas disputas, como também nos trazer uma reflexão clara e objetiva, de que mesmo com o aumento expressivo das candidaturas, ainda há um crescimento lento nas vitórias das mulheres nas urnas.

Quadro 2- Quantitativo de candidatas/os a vereador/a no Brasil–Eleições 2008, 2012 e 2016

ANO	Feminino	%	Masculino	%	TOTAL
2008	77.025	22,1	271.768	77,9	348.793
2012	134.169	31,9	286.057	68,1	420.040
2016	158.453	31,9	338.443	68,1	496.896

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Quadro 3- Quantitativo de candidatas/os a vereador/a Eleitas no Brasil - 2008, 2012 e 2016

ANO	Feminino	%	Masculino	TOTAL
2008	6.504	12,53	45.399	51.903
2012	7.655	13,32	49.779	57.434
2016	7.820	13,51	50.036	57.856

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

No Maranhão as mulheres não apresentaram tanto sucesso como deveriam exibir depois da Lei Eleitoral que passou a exigir a cota de 30% de candidaturas femininas. Pois segundo as estatísticas o percentual de participação do gênero feminino continua baixo. E tudo

isso mesmo depois de vários incentivos proporcionados pela legislação que tem como objetivo a participação de mais mulheres na política, como também vários investimentos nas propagandas divulgadas por vários dias nos meios de comunicação. O que remete as dificuldades enfrentadas pelas candidatas, como também o descaso que muitas sofrem quando o argumento são as mulheres no poder. Podemos perceber esse percentual no (Quadro 4) abaixo.

Quadro 4- Quantitativo de candidatos a prefeito/a e vereador/a por sexo no Maranhão – Eleições 2016

Cargo	Masculino	%	Feminino	%
Prefeito	514	77,76	147	22,24
Vice-prefeito	518	78,37	143	21,63
Vereador	10.880	67,33	5.279	32,67
Total Geral	11.912	68,14	5.569	31,85

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

4 Contextualização econômica e histórica do município de Pinheiro

Segundo os registros históricos, Pinheiro remonta ao verão de 1818, com a chegada do capitão-mor Inácio José Pinheiro, com toda a sua comitiva formada por vaqueiros, operários e escravos, quando descobriram no lugar, um recinto favorável de sobrevivência e ideal para construir suas moradias. Os viajantes encontraram no espaço um ambiente com campos verdejantes banhados pelo rio Pericumã, com terras férteis e adequadas para a lavoura, e nas águas um rico alimento, o pescado, assim como as chances de uma boa criação de gado, tudo isso serviu de atração aos novos moradores. Logo estabeleceram nessas terras uma grande fazenda. O local selecionado foi o atual bairro da matriz, que deu início a cidade de Pinheiro. O nome da cidade é em homenagem a Inácio José Pinheiro, o seu colonizador.

O jornal da cidade de Pinheiro oficializou a data de fundação da cidade, que passou a registrar-se como a data oficial o dia 03 de setembro de 1856, data de criação da vila, segundo a Lei Provincial de nº439. Sendo apreciada como a data mais importante, no calendário patriótico da cidade.

O primeiro a exercer cargo público na cidade de Pinheiro foi o prefeito eleito para o mandato de três anos, o seu nome era Josias Abreu. Ele tomou posse no dia no dia 1º de janeiro de 1922. Sendo que em março desse mesmo ano, começaram às gestões que deram início a instalação da luz elétrica. O gasto para a obra toda foi de 45.000\$00 (quarenta e cinco mil contos de reis) que foram financiados pela empresa “Albino Paiva e Cia”, o prazo duraria 10 anos. E

por fim a cidade de Pinheiro no dia 8 de outubro de 1922, as ruas e as casas teriam luz elétrica. (No site do Pinheiro minha terra).

4.1 A entrada das mulheres na política de Pinheiro.

Assim como muitos outros lugares em Pinheiro não foram diferentes as dificuldades para a entrada das mulheres na vida política. Mesmo após a aprovação do voto feminino no Brasil pelo então presidente Getúlio Vargas em 1932, em Pinheiro esta conquista somente veio fazer parte da vida das cidadãs pinheirenses no ano de 1973. Sendo a sua primeira representante a senhora Conceição de Maria Viegas Mendes, eleita para o cargo de vereadora da Câmara Municipal, na administração do prefeito Filadelfo Mendes Filho (1973-1976).

Conceição de Maria Viegas Mendes nasceu na localidade de Santa Rosa, na região do Gama, nascida no dia 28 de dezembro de 1948, filha de Aldeman Antônio Mendes e Aldenora Eleotória Viegas Mendes. Seus estudos foram no Colégio Pinheirense, onde cursou o ensino fundamental e médio, formou-se professora no ano de 1960, exercendo a docência na escola particular ACREPE (Acrepiano) e em outras escolas.

Além de professora Conceição de Maria trabalhou em vários campos, e um dos seus trabalhos foi exercer a função no jornal *Cidade de Pinheiro*, apresentando poesias e outras matérias, ilustrando a página do jornal *Cidade de Pinheiro*.

Seu trabalho foi valorizado e a Câmara Municipal de Pinheiro prestou-lhe uma homenagem dando o seu nome a uma instituição municipal, o Colégio Concita Viegas como era mais chamada pela população. A vereadora Conceição de Maria Viegas Mendes faleceu no dia 18 de julho de 1974, na cidade de Santa Inês, sendo sepultada na sua localidade natal.

Outra vereadora que exerceu o cargo na Câmara Municipal foi Maria Isabel Dondona Correia Soares. A mesma nasceu em 28 de fevereiro em 1932, seus pais eram Antenor Otaviano Correia e Francis Dinis Correia, frequentou a escola Odorico Mendes. A entrada da mesma teve motivos que a influenciaram, os homens da sua família, algo que há seu tempo era comum. E um dos que mais influenciaram Dondona Soares foi o seu esposo Luís Soares, sendo que o mesmo exerceu cargo de vereador em alguns mandatos. A influência começou em sua vida quando ela acompanhava o seu esposo fazendo campanhas pelos interiores da cidade de Pinheiro. Desta forma quando o seu esposo candidatou-se a vice-prefeito, ela também se candidatou a vereadora, elegendo-se com 720 votos, no ano de 1982. Trabalhou arduamente para que o exercício do seu cargo trouxesse desenvolvimento à cidade, pois a mesma não tinha curso superior, mas sabia como se comunicar com as autoridades locais.

O seu trabalho foi muito eficaz, sendo que se destaca entre tais realizações a implantação de tratamento d'água, construção de praças públicas, obras de calçamento pelas ruas da cidade, melhorou os equipamentos e reformou o hospital, contratando mais funcionários e trazendo mais especialização para o setor da saúde, melhoramento das estradas, melhorou a extensão da rede elétrica, contribuiu para o aumento da segurança com a contratação de mais policiais, melhorou as estradas, ajudou na construção do estádio municipal, fundou o clube das mães na Ilha de Leonor, ajudando na criação de mais creches e asilos.

Maria Isabel Dondona Correia Soares faleceu no dia 22 de janeiro de 1998. A Câmara Municipal a homenageou pelos seus feitos, seu nome foi atribuído a uma instituição de saúde em 23 de junho de 1999, denominado Centro de Saúde Dondona Soares.

Outra mulher que exerceu um papel representativo na cidade foi Alice Soares Ferreira, nascida no dia 08 de setembro de 1938, em Campina Grande, na Paraíba. Seus pais eram Maria Raimunda Soares Ferreira e Antônio João Costa Ferreira, sua origem era humilde. A sua chegada foi após o término de seus estudos de 2º grau, recebeu dos moradores uma boa hospedagem, sendo logo contratada para exercer a função de enfermeira no hospital Nossa Senhora das Mercês. Alice Soares fazia parte do Partido Democrático Social (PDS), sendo eleita vereadora em 1982 e reeleita em 1986.

Entre os seus trabalhos está o requerimento nº 53/83, que requeria a construção de uma escola de alvenaria no povoado da Estrada Grande. Outra obra foi à gerência Eldorado Transporte e Turismo Ltda., através de um requerimento nº 53/86, que solicitava o aumento na frota de ônibus, na qual deveria atender aos passageiros que desejam viajar na estrada de Pinheiro-Itaúna.

Outro destaque da política pinheirense foi Maria de Jesus Barros Mendes, que exerceu cargo público de vereadora por três mandatos, eleita nas eleições de 1992, 1996 e 2000. Seus pais foram Elpideia Silva Barros e Estanislau Barros. Nascida no dia 01 de abril de 1951, no povoado Curralzinho município de Pinheiro. Após a conclusão do 2º grau em 1976, formou-se na área da saúde como atendente de enfermagem, logo em seguida em 1976 pela UFMA, auxiliar de enfermagem. Foi contratada pelo prefeito Manoel Maria Soares Paiva para exercer a função de auxiliar de enfermagem na Maternidade, ao que logo foi transferida para o Hospital Regional Doutor Antenor Abreu, desenvolvendo assistência à mulher e à família. O primeiro partido na qual ela fez parte foi o Partido Social Cristão (PSC), este era o ano de 1992, a mesma foi eleita para o cargo de vereadora com 397 votos. Sendo também eleita com 413 votos, no ano de 1996, pelo partido da Frente Liberal, e novamente pelo PFL, no ano 2000 com 523 votos.

Novamente se candidatou em 2004 e embora tenha ampliado sua votação, obtendo 644 votos, não conseguiu se eleger em função de sua legenda partidária.

No entanto, quando de sua função como vereadora foi além, sendo secretária da mesa diretora da Câmara Municipal de Pinheiro, presidente da comissão permanente de legislação, justiça e redação final, a mesma ainda exerceu a função de vice-presidente da comissão permanente de educação, cultura, saúde e assistência, onde desenvolveu o seu trabalho de representante do povo, apresentando sua capacidade feminina. A sua atuação lhe trouxe muitas homenagens prestadas pela câmara municipal, que lhe trouxeram homenagem, deram o seu nome ao posto de saúde localizado no bairro Kiola Sarney no dia 16 de agosto de 2006.

Novamente a participação ativa das mulheres continua com a entrada de Júlia do Rosário Duarte, filha de Augusta Pinheiro Duarte e Amandio Duarte, nascida em Pinheiro no dia 02 de abril de 1960, a mesma foi eleita suplente, pelo partido do PSDB, no pleito de 1996 e também no ano 2000, chegando a exercer a função de vereadora quando o vereador Antônio Florêncio Ribeiro, devido a sua saúde enfrentou problemas cardíacos e afastou-se. Ao exercer a função de vereadora destacou-se cobrando a implementação de projetos e a realização de obras importantes, como a implantação do Programa de Atenção à Criança (PAC) no bairro da Floresta com o alcance do São Benedito, a implantação do acervo da Biblioteca Municipal, o curso de Capacitação em Gestão Escolar para as gestoras da rede de ensino municipal, a construção do poço artesiano no povoado Maranhão Novo e o acesso aos médicos nas áreas de dermatologia e proctologia para o Centro Ambulatorial de Pinheiro (CAP). Também esteve ativa cobrando a construção de postos de saúde com consultório odontológico nos bairros de Kiola Sarney e associação, como também teve influência no melhoramento da estrada que interliga o povoado do Refúgio ao Coco, e mais com o complemento de bueiros em locais que estavam em decadência. A vereadora também contribuiu na instalação de um laboratório de informática na Escola Municipal José Erivan Cordeiro, contribuiu também para construção de uma estrada que faz ligação com o bairro Tiririca e a Travessa dos Moraes, já nos bairros José Genésio e Kiola Sarney trouxe benefícios como: vala para esgoto, guia da calçada e piçarra mento.

Outro destaque político foi à vereadora Aldenora Felizia Moreira, nascida no povoado Pacas município de Pinheiro, no dia 16 de março de 1938, concorreu em 1992 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo eleita, já no ano 2000 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Sua contribuição como funcionária do povo foi trazer reconhecimento ao farmacêutico e ex-vereador o senhor Nicolau Alexandre Amate, ao honra-

lo oferecendo o seu nome a um prédio público, a Unidade Mista de Saúde que se encontra na Praça Januário Dias, no povoado Pacas.

A vereadora também contribuiu na abertura da estrada que liga o povoado de Cocalzinho a Pinheiro, ajudou na construção de escolas nos povoados de Bacabal e Vitória, vala para esgoto, guia de calçadas e limpeza foram realizadas nas ruas de Pacas, como também foi reativado os serviços de abastecimento de água em Pacas, também foram efetuadas reformas nas escolas dos povoados Canta Galo e Aldeia.

A vereadora Maria do Carmo Chagas Castro nasceu no dia 15 de janeiro em 1949 na cidade de Pinheiro, sendo a mesma filha de Deusita Chagas Castro e Raimundo Eliezer Castro, concorreu em 1996, sendo eleita pelo partido do PSDB. Os feitos que a destacaram como vereadora foram o reconhecimento e utilidade pública concedida a Associação de Moradores do Povoado Porão Grande e o Projeto de Lei que estabeleceu a isenção da taxa de inscrição em concurso público municipal.

O ano de 2004 deixou evidente como as mulheres tem muitas dificuldades para concorrerem a um cargo público. Neste ano concorreram 04 candidatos homens para o cargo de prefeito, enquanto que para o cargo de vereadores foram 93, sendo que entre estes apenas 24 eram mulheres, e das que foram votadas, apenas uma ficou suplente, esta era a candidata Conceição de Maria F. Silva. (RODRIGUES, 2007, p. 22, 23, 24, 25, 26, e 27).

Já no ano de 2008 para o cargo de vereador (a) concorreu um total de 95 candidatos, sendo que 69 eram do sexo masculino e 26 do sexo feminino. E os que foram eleitos 8 eram homens e 2 mulheres. Para o cargo de prefeito concorreram 3 homens e nenhuma mulher. Como podemos ver no (Quadro 5) abaixo.

Quadro 5- Quantitativo de candidatos a vereador/a por sexo em Pinheiro – Eleições 2008

Cargo	Masculino	Masculino Eleito	Feminino	Feminino Eleito	Total Eleito	Total
VEREADOR	69	8	26	2	10	95

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

No ano 2012 para o cargo de vereador (a) disputaram um total de 143 candidatos, sendo que destes 102 eram do gênero masculino e apenas 41 do gênero feminino, dos que foram eleitos 13 eram homens e apenas 2 eram mulheres. Para o cargo de prefeito as estatísticas não mudaram, concorreram 3 homens e nenhuma mulher. Como podemos ver no (Quadro 6) abaixo.

Quadro 6- Quantitativo de candidatos a vereador/a por sexo em Pinheiro – Eleições 2012

Sexo	Candidatos	Eleito	Não Eleito
Masculino	102	13	89
Feminino	41	2	39
TOTAL	143	15	128

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

As estatísticas para o ano de 2016 não tiveram muito progresso em relação a participação das mulheres na política. Sendo que o total de vereadores(as) que concorreram na cidade de Pinheiro foram 114 candidatos, 77 homens e 37 mulheres. No entanto, neste pleito nenhuma mulher foi eleita, todas as 15 vagas existentes na Câmara Municipal foram preenchidas por homens. A mesma História se repetiu na cabeça de chapa para a eleição majoritária, não houve candidatas femininas para o cargo de prefeito, somente 5 masculinos. No entanto houve 2 candidatas mulheres para o cargo de vice-prefeito, mas nenhuma foi eleita. Como podemos ver no (Quadro 7) abaixo.

Quadro 7- Quantitativo de candidatos por sexo em Pinheiro – Eleições 2016

Cargo	Feminino	%	Eleitos	Masculino	%	Eleitos
Prefeito	0	0	0	5	100	1
Vice-prefeito	2	40	0	3	60	1
Vereador	37	32,45	0	77	67,54	15

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

4.2 Lutas e trajetórias do município de Pinheiro.

Na pesquisa entrevistamos três (3) ex-vereadoras de Pinheiro e três (3) ex-candidatas a vereadoras do Povoado Bom Viver, mas que não obtiveram êxito nas eleições, a entrevista foi feita através de um questionário com vinte questões, com perguntas fechadas, dando as mesmas a liberdade de ter os seus nomes em sigilo, se assim desejassem. O motivo da pesquisa não ter sido realizada com vereadoras no exercício do cargo, deve se ao fato de que nas eleições de 2016 nenhuma mulher foi eleita.

Tanto as três (3) vereadoras que exerceram o mandato como as três (3) que apenas candidataram-se responderam que possuíam entre 30 e 40 anos. Quanto ao grau de escolaridade uma (1) disse ter o Ensino Fundamental, duas (2) o Ensino Médio e três (3) o Ensino Superior. Quanto ao estado civil quatro (4) disseram serem casadas, uma (1) divorciada e uma

(1) viúva. Quando perguntei o que levaram as mesmas a entrarem na política, quatro (4) responderam vocação pessoal, uma (1) incentivo familiar, e apenas uma (1) outros motivos. Sobre a pergunta se elas acreditavam na política, três (3) justificaram que a política melhora a vida e dá condição às pessoas, uma (1) disse que ela fomenta o desenvolvimento do município, uma (1) disse que acredita, mas não aceita o que fazem com a política e a última argumentou outros motivos.

Questionadas quantas vezes concorreram ao cargo de vereadora, a primeira disse três vezes, duas (2) responderam duas vezes, três (3) disseram apenas uma vez. Também perguntei às ex-vereadoras, quantas vezes elas haviam vencido as eleições e em que ano havia ocorrido esse fato, a primeira disse que em 2008, a segunda disse que duas vezes (2008 e 2012) e a terceira em 2012.

Questionamos quantas vereadoras estavam atuando no cargo em Pinheiro no momento e todas responderam que nas eleições de 2016 nenhuma candidata mulher foi eleita. Questionei as vereadoras que já haviam atuado no cargo, se havia união das mesmas na hora de votar na câmara, a primeira disse que não, a segunda disse que sim e a terceira disse que às vezes. O motivo das que afirmaram sim, seria para beneficiar a população e para beneficiar as mulheres. Também perguntei às três quantos projetos/indicações elas haviam encaminhado para a câmara de vereadores e desses quantos haviam sido aprovados, a primeira disse que encaminhou mais de 1.200, e que desses mais de vinte foram aprovados, a segunda afirmou que dos projetos encaminhados à câmara, foram entre onze a vinte e que a maioria tinha sido aprovado. A terceira ex-vereadora disse que encaminhou dez (10) projetos e que a maioria deles foi aprovado. Questionei às três se elas no exercício do mandato teriam presidido alguma comissão na câmara e todas disseram que sim.

Acerca da pergunta quais as maiores dificuldades que uma vereadora enfrenta, seja na candidatura ou no exercício do cargo, duas (2) afirmaram que a sociedade ainda é machista, uma (1) afirmou a desonestidade dos políticos, duas (2) a falta de união das eleitoras, e uma (1) a desconfiança da população. Quando questionadas se a vida pública interfere na vida familiar, duas (2) disseram que não e quatro (4) disseram que sim. Também perguntei acerca do trabalho social, se elas já haviam exercido algum, quatro (4) disseram que sim e duas (2) disseram que não. Perguntei também como a sociedade vê os vereadores, três (3) responderam como despachantes para interesses individuais, duas (2) disseram que não fazem nada e uma (1) respondeu que eles são mal vistos pela sociedade, por sua própria conduta e por não valorizar o poder que possui para influenciar nas políticas públicas. Por fim questionei as ex-vereadoras que já haviam exercido o cargo, se na atuação do mandato como elas haviam trabalhado em

relação ao executivo, duas (2) disseram que na situação e a terceira que dependendo do caso em ambas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direitos iguais para todos, negros, mulheres, índios e crianças. Existem leis e decretos que traduzem isto, direitos iguais. Porém não são respeitados. O direito do cidadão tem que ser totalmente garantido pelo Estado. O exercício da cidadania nos dá a possibilidade de pertencer a um determinado partido político, tendo como desafios desta participação direitos e também deveres.

O Brasil ainda tem muito a conquistar, assim como o Maranhão e Pinheiro que embora riquíssimos em extensão territorial, ainda sofrem com problemas de ordem econômica, social, e política que comprometem o seu desenvolvimento. O que tem acarretado em um grande índice de analfabetismo, fato este visível já que são os menos desfavorecidos que sofrem, sendo lhes usurpado a dignidade de serem cidadãos.

Diante deste fato algo surpreendente acontece no país, as mulheres têm conquistado espaços nas universidades, no mercado de trabalho e assim promovendo uma série de mudanças na hierarquia social. Desta forma a sua atuação também começa a ganhar espaço na vida pública, como foi apresentado durante a pesquisa. Sendo que as mesmas sempre estiveram envolvidas no desenvolvimento da humanidade, embora de forma efetiva, mas não reconhecidas. Tem adentrado no espaço da política, trabalhando e desenvolvendo com sucesso, transformando não só a sua vida, mas também dando a possibilidade de mudar a realidade social de milhões de brasileiros que dependem do que é comum, ou seja, do que é público.

A mulher tem realizado os seus sonhos depois de muitas lutas, conquistando assim cotidianamente o seu espaço, no trabalho e fora dele, mas isso não tem sido fácil, no entanto ela tem conseguido com muita dedicação, agilidade e competência.

A pergunta central é por que depois de tantas conquistas, ela ainda ganha menos do que os homens, ou mesmo por que nas empresas elas sempre são tratadas com machismo, sem reconhecimento do seu valor, da sua competência? Claro que existem as exceções. No entanto as respostas têm as suas várias definições, a primeira é a cultural, pois desde menina ela é sempre tratada como a que mais tarefas têm para realizar. Situação está que pode ser observada nas profissões, pois elas têm enfrentado constantemente dificuldades, tais como: juíza, gerentes das grandes empresas, motoristas, policiais, dentre outras.

A participação das mulheres na política não tem sido algo fácil, pois embora exista a lei de cotas que tornou obrigatória aos partidos e coligações o mínimo de 30% de candidaturas femininas ao poder legislativo, elas sempre sofrem censura por serem mulheres e às vezes apenas cedem seus nomes para o preenchimento das chapas.

Essa realidade agrava a situação delas na política, porque a situação brasileira não é das melhores, de acordo com as pesquisas a participação das mulheres ainda está muito abaixo do esperado. Aliás, segundo estudo do Senado Brasileiro que resultou na obra **Mais Mulher na Política – Mulher tome Partido**, entre os 188 países pesquisados, o Brasil ocupa a vergonhosa posição de 156º lugar, constituindo-se em um dos que possui menos mulheres no poder legislativo. Agora o que tem desagradado ainda mais é o jogo sujo que muitos políticos se envolvem para ocupar o cargo, o que nem todas as mulheres estão sujeitas a este jogo imundo de corrupção, o que acaba limitando o seu espaço nas assembleias legislativas, câmaras municipais e no próprio Senado Federal. Desse modo a realidade infelizmente não é das melhores quando se fala em política, pois o próprio nome tem gerado diversos significados para a população.

O que dizer da criação do Partido da Mulher Brasileira (PMB) que foi instituído com o objetivo de valorizar a mulher e aumentar a participação das mesmas nos cargos políticos, mas que conta com apenas duas mulheres em suas bancadas? O que agrava ainda mais a situação é a falta de colaboração seja nas campanhas, seja no apoio partidário, ou mesmo da própria população e das próprias eleitoras, pois ainda são poucas as mulheres que votam em mulheres, outro fato inesperado. O que tem dificultado a participação das mulheres na política, e em Pinheiro não tem sido diferente, pois no ano de 2016 inúmeras candidatas que concorreram para o cargo de vereadoras, não foram eleitas. No caso de Pinheiro especificamente, nenhuma representante feminina no legislativo para a gestão 2017-2020.

Portanto, conclui-se que a conquista do voto feminino foi de fundamental importância para a emancipação da vida social, profissional, e cultural da mulher, pois assim todos não somente alguns teriam a igualdade necessária para reivindicar os seus direitos. A pesquisa apresenta a trajetória de lutas das mulheres que atualmente tem conquistado um espaço significativo, desta forma possibilitando às futuras gerações de conhecerem afundo a sua própria História.

Em Pinheiro o que pude identificar acerca das candidatas a vereadoras além das dificuldades que ocorrem por causa de um patriarcalismo predominante, é também a falta de prestígio que os políticos causaram na sociedade, o que acaba generalizando a representação feminina também.

Se as dificuldades estão em candidatar-se, este não está sendo o maior problema, mas sim conseguir sucesso nas eleições, pois das que se dedicam são poucas as que conseguem sucesso nas urnas. Consciência que as vereadoras têm e afirmam que para termos uma maior interação e desenvolvimento na política, as mulheres necessitam de mais apoio, principalmente das próprias eleitoras, pois só assim as candidatas podem ser eleitas e desenvolver o seu trabalho, conquistando benefícios para todos os pinheirenses, contribuindo na superação das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>. Acesso em 24jul2017.

ÁVILA, Rebeca Contrera. **Minha história das mulheres**. Michelle Perrot. São Paulo, editora Contexto, 2007.

CARVALHO, Maria José Lopes Moraes de. **Mulheres do Araripe: Trajetórias de lutas e representatividade política (1982/2004)**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 2015.

CLEASIMONE. **Pinheiro minha terra**. Disponível em <http://cleasimone.blogspot.com.br/2010/05/coisas-da-minha-terra.html>. Acessado em: 10/02/2017

CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na igreja e na política**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos Bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão** / Maria Mary Ferreira. – Araraquara (São Paulo), 2006.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

NADAL, Paula. **Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher?** NOVA ESCOLA, 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/301/por-que-8-de-marco-e-o-dia-internacional-da-mulher>. Acessado em 04set2017.

ONU. **Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para igualdade, Desenvolvimento e paz 1995**. Disponível em: <http://dhnnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>. Acesso em: 24jul2017.

O GLOBO. **Partido da Mulher Brasileira atrai 20 deputados em 2 semanas**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/partido-da-mulher-brasileira-atrai-20-deputados-em-2-semanas-18166555>. Acesso em: 25jul2017.

PACHECO, Maria da Glória Costa. **O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934)**, 2007.

PERROT, Michelle, **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, tradução Deni Bottmann. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PMB. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.pmb.org.br/historia-do-pmb-partido-da-mulher-brasileira/>. Acesso em: 25jul2017.

RODRIGUES, Laice Nunes. **A presença feminina na política de Pinheiro-MA: um estudo sobre sua trajetória**. Pinheiro 2007.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, 4. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987-1988.

SENADO. + **Mulheres na Política: Mulher, Tome Partido!** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acessado em: 24jul2017.

SPM/PR. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: EPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 24jul2017.

TSE. **Estatísticas de Candidaturas - Cargo/Sexo**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_cand/cargo_sexo.htm. Acesso em: 24jul2017.

_____. **Estatísticas e Resultados da Eleição - Cargo/sexo**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2012/quadro-cargo-sexo.html>. Acessado em: 18fev2017.

_____. **Quantitativo de candidatos por sexo**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>. Acesso em 24jul2017.